

Pouso Alegre, 08 de agosto de 2014.

PARECER JURIDICO

PROJETO DE LEI Nº 644/2014

“DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DE VAGAS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR NÍVEL II E MONITOR DE CRECHE.”

Conforme prévia solicitação, a Assessoria Jurídica desta Casa apresenta “parecer” sobre a legalidade do projeto de lei Nº644/2014 de autoria do Executivo, sendo que o presente parecer refere-se exclusivamente aos seus aspectos legais.

1. Síntese do Projeto de Lei :

- 1.1.O Executivo propõe a criação criadas 35 (trinta e cinco), de provimento efetivo, no quadro da Administração Direta, Secretaria Municipal de Educação, sendo 21 (vinte uma) vagas para o cargo de professor Nível II e 14 (quatorze) vagas para cargo de Monitor de Creches;
- 1.2.O Projeto precisa ser acompanhado da justificativa, dos seus Anexos, da respectiva estimativa do impacto orçamentário-financeiro;

2. Dos Aspectos Jurídicos:

- 2.1. Na Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre (LOM) encontramos que a matéria é de **competência privada do município:**

ART. 19 - Compete ao Município

...

III - dispor sobre a organização, a administração e a execução dos serviços locais;

2.2. Em seu artigo 45 incisos I e V a LOM traz indica que a matéria é **privada do Prefeito** e que se relacionam com criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração Pública Municipal vejamos:

*ART. 45 - São de iniciativa **privada** do Prefeito, entre outros, os projetos de lei que disponham sobre:*

I - a criação, transformação e extinção de cargo e função públicos do Poder Executivo, autarquia e fundação pública, bem como a fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros da lei de diretrizes orçamentárias;

...

V - a criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração Pública Municipal; (g.n)

2.3. Ainda na LOM ART. 69 - **Compete ao Prefeito:**

...

III - prover os cargos e funções públicas do Poder Executivo;

...

...

XIII - dispor, na forma da lei, sobre a organização e a atividade do Poder Executivo; (g.n)

2.4. Quanto à Câmara como uma das **competências fundamentais** a LOM estabelece:

ART. 39 - Compete à Câmara, fundamentalmente:

I - legislar, com a sanção do prefeito, sobre todas as matérias de competência do Município;

...

Parágrafo único - A competência a que se refere o inciso I deste artigo, envolve os assuntos arrolados nos arts 18 a 21 e ainda:

I - ...

IV - criar, transformar e extinguir os cargos e funções públicos do Município, autarquias e fundações públicas, observada a lei de diretrizes orçamentárias, regime jurídico único e os

planos de carreira dos servidores públicos; (g.n)

2.5.A Constituição do Estado de Minas Gerais, em profunda simetria com a Constituição Federal do Brasil, registra como de interesse local a organização dos serviços administrativos:

*Art. 171 – Ao Município compete legislar:
I – sobre assuntos de interesse local, notadamente:*

...
f) a organização dos serviços administrativos; (g.n.).

2.6. Além das competências demonstradas é necessário compatibilizar o projeto com aos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Comp. nº 101/2000 - em especial o artigo 18 ¹,

2.7.Outro dispositivo importante da LOM é o artigo 123 e seus incisos que vincula a administração ao seu orçamento admissão de pessoal²

3. Das conclusões:

3.1.A proposta está coerente com a competência legislativa do Município em legislar sobre assuntos de interesse local, com as iniciativas legais e privativas do Prefeito e ainda com a competência legislativa da Câmara, por meio do exercício soberano dos vereadores nas análises, tramitação e votação do projeto.

3.2.Estas regras são de observância obrigatória que se encontram na Constituição Federal Artigos 59 ao 69³, sendo que a Constituição

¹ Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

² ART. 123 - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargo ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos públicos de administração direta e entidades de administração indireta, inclusive fundações públicas, só poderão efetivar-se:
I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e associações de economia mista.

³ **Art. 59.** O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I - emendas à Constituição;
- II - leis complementares;
- III - leis ordinárias;
- IV - leis delegadas;
- V - medidas provisórias;
- VI - decretos legislativos;
- VII - resoluções.

outorga ao Chefe do Poder Executivo, em caráter de exclusividade, a prerrogativa de deflagrar o processo legislativo de leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta ou autárquica e que fixem ou aumentem a sua remuneração, **criação**, estruturação e atribuições dos órgãos da administração;

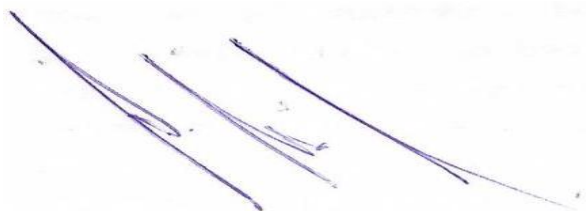
3.3. No Projeto não há nenhum dispositivo que conflita com as Constituições do Brasil, do Estado de Minas Gerais e do Município (LOM);

3.4. Outrossim, não pode o Poder Legislativo, por tratar-se matéria cuja iniciativa é reservada ao executivo e, propor emendas que traduz em aumento de despesa não prevista no projeto em estudo o que delimita o alcance do poder de emenda do Legislativo restringindo-o aos aspectos formais.

3.5. **Quanto aos aspectos financeiros e orçamentários o Executivo deve demonstrar, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, por meio da estimativa do impacto orçamentário-financeiro anexado, a compatibilidade com a Lei de diretrizes orçamentárias e demais exigências legais.**

3.6. Por tudo o acima exposto, entendemos que a proposição poderá ser levada a efeito pelo Plenário da Casa, sendo que com os elementos presentes, essa Procuradoria exara **parecer favorável** à sua regular tramitação, discussão e votação, ressaltando que a decisão final é de competência exclusiva do Soberano Plenário.

É o parecer, s.m.j.



**ADRIANO DE MATOS JÚNIOR
CONSULTOR JURIDICO
OAB/MG 42.827**